

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VICTÓRIA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA GOUVEIA

**GASTOS CULTURAIS E DEPENDÊNCIA ESPACIAL: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2015**

Maceió
2025

VICTÓRIA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA GOUVEIA

**GASTOS CULTURAIS E DEPENDÊNCIA ESPACIAL: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Keuler Hissa Teixeira
Coorientador: Prof. Ms. Caio César de Melo

Maceió
2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- G719g Gouveia, Victória Maria Moreira de Oliveira.
Gastos culturais e dependência espacial : uma análise dos municípios brasileiros em 2015 / Victória Maria Moreira de Oliveira Gouveia. – 2025.
54 f. : il.
- Orientador: Keuler Hissa Teixeira.
Co-orientador: Caio César de Melo.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2025.
- Bibliografia: f. 50-54.
1. Gastos culturais. 2. Análise espacial (Estatística). 3. Disparidades regionais. 4. Investimentos públicos - Brasil. I. Título.

CDU: 332(81)

VICTÓRIA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA GOUVEIA

**GASTOS CULTURAIS E DEPENDÊNCIA ESPACIAL: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 23 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **KEULER HISSA TEIXEIRA**
Data: 23/05/2025 17:08:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Keuler Hissa Teixeira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **CAIO CESAR DE MELO**
Data: 23/05/2025 17:16:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Caio César Coorientadora
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Coorientador

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON MOREIRA ARISTIDES DOS SANTOS**
Data: 27/05/2025 02:12:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador

Documento assinado digitalmente
 **REILI AMON HA VIEIRA DOS SANTOS**
Data: 28/05/2025 13:06:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Reili Amon-Há Vieira dos Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Concluir esta etapa da minha vida foi algo que, por muitas vezes, parecia distante e difícil de alcançar; enfrentei momentos em que resisti a seguir adiante.

Por isso, antes de tudo, agradeço a Deus por me conceder forças e me guiar ao longo de toda a minha trajetória.

À minha família — meus pais, Silvania e Valdier, minha avó Dilma e meus irmãos Fernanda e Vinicius — que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando em todos os momentos da minha vida.

Ao meu noivo, por sua paciência, companheirismo e por ser meu suporte constante, ajudando-me a concluir esta importante etapa da minha vida.

À minha amiga Nathalia, parceira desde a adolescência e companheira de faculdade, por todo o apoio, incentivo e momentos compartilhados que foram essenciais para minha motivação e crescimento.

Ao Caio, meu amigo e co-orientador, que aceitou essa difícil missão e contribuiu de maneira extraordinária, com seu conhecimento e empatia, durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

E, por fim, tão importante quanto, agradeço ao meu orientador, Keuler, por sempre acreditar em mim, pela confiança, dedicação e expertise na condução deste trabalho, que foram fundamentais para o alcance dos resultados apresentados.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste projeto, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este estudo analisa a distribuição espacial dos gastos públicos per capita em cultura nos municípios brasileiros, com foco nas desigualdades regionais e nos padrões de dependência territorial em 2015. A pesquisa utiliza dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/FINBRA) e do Censo Demográfico (IBGE), aplicando técnicas de estatística espacial, como o Índice de Moran Global e Local (LISA), para identificar agrupamentos significativos de investimentos culturais e estimar modelos econométricos espaciais que capturam a interdependência entre municípios vizinhos. Os resultados evidenciam uma forte concentração dos investimentos culturais nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste, enquanto Norte e Nordeste enfrentam escassez significativa de recursos. O Índice de Moran Global e os modelos espaciais confirmam a existência de autocorrelação espacial positiva, apontando efeitos de *spillover* regionais. Os modelos SEM e SAR indicam que variáveis como renda domiciliar per capita, índice de Gini e urbanização são determinantes para a alocação de recursos culturais. A dependência espacial nos resíduos sugere que fatores não observados em um município afetam investimentos em municípios vizinhos. O estudo contribui para o entendimento dos processos econômicos e territoriais que moldam a distribuição dos investimentos culturais no Brasil, destacando a importância de considerar a dinâmica regional para explicar as disparidades culturais.

Palavras-chave: Gastos Culturais. Análise espacial. Desigualdade regional. Investimentos públicos. Brasil.

ABSTRACT

This study analyzes the spatial distribution of per capita public spending on culture in Brazilian municipalities, focusing on regional inequalities and territorial dependency patterns in 2015. The research uses data from the Brazilian Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI/FINBRA) and the Demographic Census (IBGE), applying spatial statistical techniques, such as Global and Local Moran's I (LISA), to identify significant clusters of cultural investments and estimate spatial econometric models that capture the interdependence among neighboring municipalities. The results reveal a strong concentration of cultural investments in major urban centers in the South and Southeast regions, while the North and Northeast face significant resource scarcity. The Global Moran's I and the spatial models confirm the existence of positive spatial autocorrelation, highlighting regional spillover effects. The SEM and SAR models indicate that variables such as household income per capita, Gini index, and urbanization are determinants of cultural resource allocation. The spatial dependence in residuals suggests that unobserved factors in one municipality affect investments in neighboring areas. This study contributes to the understanding of the economic and territorial processes shaping the distribution of cultural investments in Brazil, emphasizing the importance of considering regional dynamics to explain cultural disparities.

Keywords: Cultural expenditures. Spatial analysis. Regional inequality. Public investments. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015)	39
Figura 2 - Diagrama de dispersão de Moran dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015).....	42
Figura 3 - I de Moran local dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015)	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Variáveis utilizadas no modelo	34
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis	37
Tabela 2 - Coeficiente I de Moran para variável correspondente à variação do Gastos públicos per capita em Cultura nos municípios do Brasil – 2015	41
Tabela 3 – Resultados das regressões	47

SIGLAS E ABREVIACÕES

AEDE – Análise Exploratória de Dados Espaciais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FINBRA – Finanças Brasil

FPM – Fundo de Participação Municipal

FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LISA – Local Indicators of Spatial Association

LPG – Lei Paulo Gustavo

MinC – Ministério da Cultura

MEE – Modelo de Erro Espacial (Spatial Error Model)

OLS – Mínimos Quadrados Ordinários (Ordinary Least Squares)

PIB – Produto Interno Bruto

QGIS – Quantum Geographic Information System

SAR – Modelo Espacial Auto-regressivo

SEM – Modelo de Erro Espacial (Spatial Error Model)

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1.Cultura, desenvolvimento e desigualdades regionais.....	15
1.2.Políticas culturais e centralização de recursos no Brasil.....	18
1.3.Análise espacial e avaliação de políticas culturais.....	22
2.METODOLOGIA	25
2.1.Base de dados e fontes	25
2.2.Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)	26
2.2.1.Regressões espaciais	28
2.3.Variáveis de pesquisa	31
3.RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
3.1.Distribuição dos gastos públicos per capita em cultura em 2015	38
3.2.Teste de autocorrelação global e local	40
3.3.Resultados dos modelos espaciais.....	45
CONCLUSÕES.....	48
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	50

INTRODUÇÃO

A cultura é um componente fundamental para o progresso humano e social, sendo reconhecida como um pilar estratégico tanto para o fortalecimento econômico quanto para a coesão territorial. No contexto das políticas públicas, os investimentos em cultura refletem o compromisso do Estado com a valorização da identidade local, a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais e regionais. Conforme argumenta Hall (2003), a cultura é um campo de contínuas disputas e negociações, constantemente remodelado por processos sociais e políticos, e sendo sempre reinterpretado ao longo do tempo, à medida que se entrelaçam dinâmicas de poder e identidade. Contudo, a distribuição de recursos públicos destinados à cultura nem sempre ocorre de maneira equitativa entre os entes subnacionais, o que pode acentuar desigualdades históricas e espaciais.

No Brasil, os entes subnacionais — como estados, municípios e o Distrito Federal — são responsáveis pela administração pública em níveis inferiores ao federal, o que confere a essas entidades autonomia para desenvolver suas próprias políticas culturais. No entanto, essa autonomia não implica necessariamente em uma distribuição equitativa dos recursos culturais, já que, frequentemente, esses recursos se concentram nos grandes centros urbanos, marginalizando regiões menos favorecidas.

A literatura sobre desenvolvimento regional e economia da cultura destaca a importância da territorialização das políticas públicas como estratégia para a redução das desigualdades espaciais. A Teoria dos Lugares Centrais, desenvolvida por Christaller (1933), oferece importante subsídio teórico ao demonstrar como as funções urbanas — inclusive as culturais — tendem a se concentrar em determinadas localidades, que passam a exercer papel de centralidade na estrutura territorial. No caso brasileiro, essa centralidade tende a marginalizar municípios de menor porte, que carecem de autonomia político-institucional e capacidade financeira para formular e executar políticas culturais próprias, tornando-se dependentes dos centros urbanos hegemônicos.

A promulgação da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) representa um avanço no financiamento descentralizado da cultura, ao viabilizar a transferência de R\$3,93 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios. Até fevereiro de 2025, cerca de 95% desse montante havia sido executado, com a região Nordeste respondendo por R\$1,16 bilhão (96,2% de execução), posicionando-se atrás apenas do Sudeste, que concentrou R\$1,45 bilhão. Esses

dados apontam para um avanço na regionalização dos investimentos culturais, ainda que persistam disparidades significativas (Brasil, 2025).

A centralização das decisões culturais nas esferas federal e estadual contribui para a concentração dos recursos públicos em grandes centros urbanos, limitando o desenvolvimento das indústrias culturais locais. Por outro lado, iniciativas como as leis estaduais e municipais de incentivo à cultura, que complementam os mecanismos federais, podem representar uma oportunidade para uma distribuição mais equitativa dos investimentos culturais, contribuindo para a inclusão e valorização das manifestações culturais locais (Silva, 2014; Bittencourt et al., 2021). Como observa Bresser-Pereira (1996), a centralização das decisões econômicas e culturais tende a reproduzir desigualdades históricas, favorecendo os pólos consolidados e mantendo à margem regiões com menor acesso a recursos, impedindo-as de consolidar dinâmicas culturais próprias e sustentáveis.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a distribuição espacial dos gastos públicos com cultura nos municípios brasileiros em 2015, com ênfase na identificação de padrões de dependência territorial. Especificamente, pretende-se: (i) mapear a evolução dos investimentos culturais por município ao longo do período estudado; (ii) estudar a relação entre o porte populacional dos municípios e os montantes investidos; e (iii) aplicar técnicas de análise espacial para investigar a existência de autocorrelação dos gastos entre os municípios.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa propõe as seguintes questões norteadoras: a) Qual é o padrão de distribuição dos investimentos culturais nos municípios brasileiros em 2015? b) Existe uma relação de dependência espacial entre os municípios de menor porte e os polos culturais consolidados, o que contribui para as desigualdades no acesso a bens e serviços culturais? e c) Qual o impacto da descentralização dessas políticas para as desigualdades regionais?

A pesquisa se concentra em responder a esta pergunta por meio da aplicação de técnicas de análise espacial, utilizando ferramentas como o Índice de Moran e os mapas de clusters locais (LISA). A análise de dados será realizada a partir de fontes oficiais, como o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Tesouro Nacional. Com base nesses dados, serão investigadas as relações entre o porte populacional dos municípios e os montantes investidos, além de ser realizada uma análise das implicações socioeconômicas da concentração e distribuição desses investimentos.

Este estudo, além de reunir dados e identificar disparidades, visa fornecer uma contribuição significativa ao debate sobre as políticas públicas culturais no Brasil. Ao revelar como os investimentos culturais se concentram ou se espalham pelo território, a pesquisa oferece elementos que podem ajudar na construção de políticas mais equilibradas, acessíveis e sensíveis às particularidades locais, promovendo o desenvolvimento regional e a valorização das culturas locais.

Para atingir este objetivo, o presente estudo está dividido em cinco seções. Inicialmente, apresenta-se esta introdução, seguida pela segunda seção, referente ao referencial teórico, que discorre sobre a conceituação dos termos pertinentes à pesquisa e a fundamentação teórica que embasa o estudo. Posteriormente, descreve-se a metodologia adotada, onde se explica as abordagens, os procedimentos e ferramentas utilizadas para a coleta e análise dos dados. Na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, seguidos pelas discussões, com foco na análise dos padrões de distribuição dos recursos culturais no Brasil. Por fim, são dispostas as considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

São apresentados nesta seção os fundamentos teóricos que embasam este estudo, focando na análise da cultura em seu papel no desenvolvimento regional e nas desigualdades territoriais. Além disso, discute-se a aplicação da análise espacial como ferramenta para compreensão da distribuição dos investimentos culturais, fundamentada em autores e pesquisas que exploram as dimensões econômica, social e territorial da cultura. Além disso, são abordadas as políticas culturais brasileiras, os desafios da concentração dos recursos e as dificuldades relacionadas à descentralização dos investimentos.

1.1 Cultura, desenvolvimento e desigualdades regionais

A cultura, como manifestação simbólica e social, tem se tornado um fator relevante para o desenvolvimento econômico local e regional. O conceito de economia criativa, ou economia cultural, tem sido amplamente discutido no contexto de fomento à dinamização econômica nas regiões que apresentam fragilidades econômicas. Howkins (2001), em seu livro *The Creative Economy*, destaca que a economia criativa envolve atividades que são baseadas no conhecimento, na criatividade e nas habilidades individuais. Para Howkins (2001), a economia criativa busca gerar valor a partir da inovação e da expressão artística, tornando-se uma importante alavanca para o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, Matarazzo (2012), por meio da proposta dos “Distritos Criativos”, defende a criação de espaços urbanos integrados entre indústrias criativas, empreendedores e comunidade. Essa perspectiva aponta a cultura como instrumento de revitalização urbana e geração de oportunidades em contextos marcados por escassez de alternativas produtivas.

Conforme Mantecón (2008), as indústrias culturais podem gerar emprego e renda, contribuindo para fortalecer o tecido social nas localidades. No entanto, o potencial da cultura como motor de desenvolvimento é evidente principalmente em municípios periféricos, onde a falta de alternativas produtivas nos setores industrial e tecnológico limita o desenvolvimento de outros setores econômicos. Esse entendimento é crucial para a formulação de políticas públicas que visem à valorização e ao fomento das indústrias culturais em regiões menos favorecidas, sobretudo aquelas marcadas por fragilidades econômicas e carência de alternativas produtivas.

Estudos nacionais e internacionais evidenciam desigualdades regionais significativas na distribuição dos investimentos culturais. No Brasil, análises históricas indicam que, mesmo sob políticas de descentralização, os recursos culturais continuam concentrados em regiões mais

desenvolvidas, como o Sudeste, em detrimento de áreas historicamente marginalizadas, como o Nordeste (Coqueti, 2020). Essa persistência das desigualdades é explicada por dinâmicas estruturais do subdesenvolvimento regional, conforme discutido por Coutinho (1973), que destaca mecanismos de causação circular cumulativa e reforço de vantagens históricas. No plano internacional, Williamson (1965) analisa como o crescimento econômico nacional tende a exacerbar desigualdades regionais nos estágios iniciais de desenvolvimento, processo intensificado pela concentração de infraestrutura e serviços nas capitais. Estudos recentes, como o de Hristova, Aiello e Quercia (2018), ao investigarem o impacto do investimento cultural em grandes cidades, apontam que políticas culturais bem direcionadas podem promover desenvolvimento local, mas tendem, inicialmente, a favorecer regiões já privilegiadas, como evidenciado nas experiências de Nova York e Londres com a valorização de áreas urbanas por meio do capital cultural.

De maneira similar, Mincarelli (2020) investigou as políticas culturais descentralizadas em países da Península Ibérica, com foco em Espanha e Portugal. Através de uma pesquisa comparativa, analisou os impactos das políticas culturais públicas nesses países e sua relação com o desenvolvimento regional. O estudo evidenciou que a descentralização das políticas culturais na Espanha, assim como em Portugal, tem promovido avanços nas regiões periféricas, ao descentralizar a distribuição de recursos culturais, reduzindo a concentração nas capitais e ampliando a participação de áreas menos favorecidas.

Além da escassez de alternativas produtivas nos setores industriais e tecnológicos, muitos municípios periféricos enfrentam deficiências estruturais, como transporte, comunicação e acesso à educação, o que limita o crescimento e o acesso aos mercados. A falta de políticas públicas estruturadas e a dificuldade de acesso ao capital social e financeiro agravam a dificuldade de desenvolver setores criativos nessas regiões. De acordo com Putnam (2000), a construção de redes de confiança e colaboração é essencial para o desenvolvimento local, e a escassez desse capital social nas regiões periféricas prejudica o dinamismo econômico. Além disso, o Banco Mundial (2009) aponta que a falta de infraestrutura básica impede que as indústrias criativas prosperem, uma vez que essas dependem de conexões eficientes para se expandirem.

A criação de programas de capacitação, como cursos técnicos e universitários em parceria com instituições de ensino, pode ser uma solução importante para superar o desafio da baixa qualificação local, conforme sugerido por Matarazzo (2012). Tais programas têm sido fundamentais em outras regiões, promovendo o desenvolvimento de habilidades específicas

para as indústrias criativas. Além disso, a implementação de programas de microfinanciamento e linhas de crédito específicas seria crucial para ampliar o acesso a recursos financeiros, especialmente para pequenos produtores culturais, como apontado pelo BNDES (2017). Esses mecanismos de financiamento podem fortalecer a capacidade empreendedora e estimular a inovação nas comunidades locais.

Para analisar a forma como os investimentos culturais estão distribuídos no território, é pertinente recorrer à teoria dos pólos de crescimento, desenvolvida por Perroux (1955). Segundo o autor, o crescimento econômico não ocorre de maneira uniforme no espaço, mas a partir de polos que concentram atividades motrizes — no caso da cultura, geralmente representadas pelos grandes centros urbanos. A concentração de investimentos em grandes cidades é uma manifestação da lógica de concentração defendida por Myrdal (1956), que sugere que os investimentos acabam por reforçar desigualdades preexistentes: municípios que já possuem infraestrutura e capital institucional tendem a atrair ainda mais recursos, enquanto localidades periféricas enfrentam dificuldades crescentes para acessar políticas públicas e desenvolver seus setores culturais.

Essa lógica encontra respaldo na teoria das economias de aglomeração, segundo a qual os retornos dos investimentos são potencializados em regiões densamente povoadas e com infraestrutura consolidada. Contudo, conforme argumenta Porter (1990), essa concentração gera externalidades negativas ao aprofundar as desigualdades territoriais, especialmente quando não acompanhada de mecanismos compensatórios e políticas redistributivas.

Do ponto de vista da economia pública, esse cenário revela uma falha distributiva no provimento de bens culturais, que, embora possuam características de bens meritórios e, por vezes, bens públicos, são distribuídos de forma desigual no espaço. Nesse contexto, Musgrave (1959) argumenta que é papel do Estado fornecer esses bens quando o mercado falha em garantir um acesso justo. De maneira semelhante, Stiglitz (2000) sustenta que a oferta pública de determinados bens é essencial para promover a equidade e a eficiência social, sobretudo diante da exclusão de grupos ou territórios vulneráveis.

Como alternativa, autores como Oates (1972) e Diniz (1993) propõem mecanismos de equalização regional, tais como fundos setoriais com critérios redistributivos, transferências intergovernamentais condicionadas à produção cultural e consórcios intermunicipais para gestão compartilhada de projetos. Esses instrumentos visam corrigir assimetrias estruturais, ampliando o alcance das políticas culturais e fortalecendo a capacidade institucional dos

municípios periféricos, conforme discussão sobre desafios da gestão pública da cultura no Brasil (Calabre, 2007).

Compreender as desigualdades territoriais no acesso à cultura exige, portanto, a articulação entre abordagens da economia regional e da geografia crítica, que oferecem instrumentos teóricos e metodológicos para o diagnóstico e enfrentamento dessas disparidades. Santos (2002) destaca que a concentração de recursos culturais nas grandes cidades, com forte infraestrutura e maior capacidade administrativa, tende a marginalizar os municípios menores, perpetuando a exclusão das periferias em relação aos investimentos culturais. Além disso, Rubim (2009) reforça essa argumentação ao destacar que a centralização das decisões culturais nas esferas federais e estaduais intensifica as desigualdades regionais, limitando o acesso equitativo à cultura, especialmente em regiões menos favorecidas. Assim, para que as políticas culturais possam promover um desenvolvimento mais equilibrado, é necessário que se considere a distribuição mais equitativa dos recursos, com a participação das cidades de menor porte, o que exige um olhar atento às condições locais de produção e consumo cultural.

Por fim, como observa Santos (2002), o território não deve ser visto apenas como um palco neutro da ação social, mas como parte constitutiva das dinâmicas econômicas e culturais. Assim, avançar rumo à justiça territorial, nos termos propostos por Sen (1999), exige não apenas o reconhecimento das desigualdades existentes, mas o compromisso com modelos institucionais que promovam o desenvolvimento cultural inclusivo e equitativo em todas as regiões.

1.2 Políticas culturais e centralização de recursos no Brasil

No Brasil, as políticas culturais buscam institucionalizar mecanismos de apoio ao setor por meio de legislações como a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, mais recentemente, as Leis Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) e Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022). Esses instrumentos legais têm como objetivo ampliar o acesso à cultura, fomentar a produção artística e assegurar a diversidade cultural no território nacional. Contudo, apesar dessas iniciativas, persiste uma desigualdade marcante na distribuição dos recursos, concentrando-se majoritariamente nas regiões com maior estrutura institucional e capacidade de captação (Observatório Itaú Cultural, 2021).

De acordo com dados do Observatório Itaú Cultural (2021), a região Sudeste concentrou aproximadamente 78% dos valores captados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura em 2020,

enquanto o Sul obteve 14,3%, o Nordeste apenas 4,2%, o Centro-Oeste 2,3% e o Norte apenas 1,2%. Esses números refletem uma desigualdade histórica no acesso aos recursos culturais, evidenciando a urgência de mecanismos que promovam a democratização das oportunidades no setor.

Essa realidade é corroborada por estudos como o de (CNM, 2018 apud Guimarães, 2020), que mostram que, entre 1993 e 2018, a concentração de recursos permaneceu elevada: 79,5% dos investimentos foram destinados à região Sudeste, 11,6% ao Sul, 5,4% ao Nordeste, 2,6% ao Centro-Oeste e apenas 0,8% à região Norte. Esses dados ilustram a persistente disparidade na alocação de recursos e reforçam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, voltadas à redução das assimetrias regionais no financiamento da cultura.

Calabre (2007) argumenta que a lógica de concentração dos investimentos culturais no Brasil não decorre apenas da localização dos grandes mercados culturais, mas também das distintas capacidades institucionais dos entes subnacionais para formular projetos, captar recursos e implementar políticas públicas de maneira eficaz. Essa disparidade institucional contribui significativamente para a desigualdade na alocação de recursos, evidenciando a necessidade premente de políticas públicas mais inclusivas e estruturadas, capazes de mitigar as assimetrias regionais existentes no financiamento da cultura.

Por outro lado, experiências como a do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), demonstram que fundos descentralizados podem efetivamente ampliar a participação de municípios do interior. O FUNCULTURA é um fundo de incentivo à cultura que financia projetos culturais em diversas áreas, como música, artes cênicas, literatura e patrimônio, com critérios de regionalização que favorecem os municípios do interior. Como observa Guimarães (2007), essa política pública cultural possibilita a inserção de novos atores e práticas culturais, contribuindo para o fortalecimento das redes locais e para uma maior equidade territorial na distribuição dos recursos.

A centralização dos investimentos culturais pode ser compreendida à luz da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933), que propõe uma organização hierárquica do espaço urbano, com cidades maiores assumindo funções de centralidade e atraindo investimentos e serviços especializados, enquanto as cidades menores desempenham papéis subsidiários. Nessa perspectiva, as cidades de maior porte exercem funções de centralidade ao concentrarem serviços especializados, comércio diferenciado e investimentos públicos, enquanto os centros menores assumem papéis subsidiários e dependem dos pólos principais para o acesso a determinados bens e serviços, inclusive os culturais. Krugman (1991), em sua teoria sobre a

nova geografia econômica, reforça que as economias de aglomeração nas grandes cidades criam um ciclo vicioso de crescimento que, por sua vez, aumenta as desigualdades regionais, tornando mais difícil a redistribuição equitativa de recursos.

Esse fenômeno de concentração está diretamente relacionado ao conceito de dependência espacial, complementado por Santos (2002), que entende a produção do espaço como resultado de relações desiguais de poder, infraestrutura e fluxos de capital e decisão. Segundo o referido autor, as decisões políticas e os investimentos públicos tendem a se concentrar nos territórios mais estruturados, reforçando um ciclo de subalternidade das regiões periféricas. No campo da política cultural, essa tendência contribui para que os municípios menores permaneçam à margem dos processos decisórios, com limitada capacidade de acesso aos instrumentos públicos de fomento e valorização cultural.

Entretanto, a descentralização efetiva das políticas culturais não depende apenas da disponibilização de recursos, mas também da construção de uma governança cultural sólida e articulada. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi concebido como um modelo de articulação federativa, com o intuito de promover a cooperação entre os diferentes níveis de governo e fomentar uma gestão compartilhada da política cultural, por meio de instrumentos como conselhos, planos e sistemas de informação (Brasil, 2012). Inchauspe (2015) reforça essa argumentação ao sublinhar que a descentralização só será efetiva se acompanhada de investimentos na estrutura institucional das cidades menores, de forma a garantir condições equânimes de acesso aos recursos públicos.

Outro ponto central para a descentralização é a adoção de mecanismos sistemáticos de avaliação e monitoramento das políticas culturais. Indicadores que acompanhem não apenas os valores executados, mas também a territorialização, a diversidade dos proponentes e o impacto social das ações financiadas, são fundamentais para aferir se os recursos estão, de fato, promovendo inclusão e justiça cultural. Sem essa dimensão avaliativa, há o risco de que as políticas reforcem desigualdades em vez de corrigi-las (Santos, 2002).

Do ponto de vista da economia pública, essa descentralização pode ser compreendida a partir dos princípios do federalismo fiscal, que preveem que funções públicas devem ser exercidas pelo nível de governo mais próximo do cidadão, desde que esse possua capacidade técnica e financeira para tanto (Oates, 1972). Tais diretrizes estão previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 23 e 216, §1º) e encontram respaldo institucional no Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado pela Emenda Constitucional nº 71/2012. O SNC visa à articulação entre União, estados e municípios, com o objetivo de garantir uma gestão democrática e

compartilhada da política cultural por meio de instrumentos como planos de cultura, conselhos, fundos e sistemas de informação (Brasil, 2012).

Nesse sentido, autores como Calabre (2007) e Inchauspe (2015) destacam que a descentralização das políticas culturais não pode se restringir à mera transferência administrativa. Para que seja efetiva, ela deve estar acompanhada de mecanismos orçamentários e fiscais que garantam autonomia financeira e técnica aos entes subnacionais. A simples delegação de responsabilidades, sem o repasse adequado de recursos e suporte técnico continuado, tende a aprofundar desigualdades entre municípios com diferentes capacidades institucionais. Essa perspectiva é reforçada por Campaneli (2021), que enfatiza a importância do fortalecimento das capacidades locais para o planejamento, execução e monitoramento das políticas culturais.

Um exemplo significativo de política cultural com enfoque descentralizado é a Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo (LPG). Criada em resposta à crise gerada pela pandemia da Covid-19, a LPG visa destinar recursos significativos ao setor cultural, contemplando tanto o audiovisual quanto outras expressões artísticas. Com um total previsto de R\$3,8 bilhões para estados e municípios, a lei se consolidou como a maior ação emergencial já realizada para o fomento da cultura no país (Brasil, 2022).

A consolidação de políticas culturais descentralizadas também depende do fortalecimento das capacidades institucionais locais. Em diversos municípios, a falta de secretarias específicas ou equipes técnicas voltadas para a cultura dificulta a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), a formulação de planos municipais e a participação em editais estaduais e federais. Nesse contexto, consórcios intermunicipais, fóruns territoriais e arranjos de governança multinível emergem como estratégias viáveis para ampliar a escala e a eficácia das ações culturais (Diniz, 1993).

Outro aspecto essencial para o avanço da descentralização é o fortalecimento da governança local por meio de arranjos cooperativos, como os Conselhos Municipais de Cultura. Esses conselhos, quando atuantes, funcionam como espaços de participação e pactuação de prioridades, promovendo maior legitimidade e sensibilidade às especificidades locais. No entanto, como destacam Canclini (2006) e Rubim (2011), a efetividade dessas práticas participativas ainda enfrenta desafios importantes, especialmente em contextos marcados por desigualdade social, baixa escolarização e limitada presença do Estado.

Portanto, a descentralização cultural, se bem implementada, não apenas corrige desigualdades históricas e regionais, mas também fortalece a identidade cultural local, amplia

a diversidade das expressões culturais e promove um modelo de desenvolvimento mais justo e territorialmente equilibrado.

1.3 Análise espacial e avaliação de políticas culturais

A análise espacial tem um papel importante na compreensão das desigualdades na distribuição dos recursos culturais entre os territórios. Ao integrar variáveis espaciais aos estudos sobre políticas públicas, essa abordagem metodológica permite identificar disparidades regionais e fornecer insights que possam subsidiar a formulação de ações mais direcionadas e territoriais. A análise de padrões espaciais revela a concentração de investimentos culturais nos centros urbanos e em regiões com maior infraestrutura, enquanto áreas periféricas permanecem com investimentos restritos. Isso está em conformidade com a teoria de Myrdal (1956), que descreve como os fluxos de recursos tendem a se concentrar nas regiões com vantagens estruturais, aprofundando desigualdades já existentes.

Adicionalmente, ao incorporar variáveis como PIB per capita, IDH, índice de Gini municipal, e densidade urbana, é possível ampliar a análise para entender as conexões entre desigualdades econômicas e culturais. A correlação entre os investimentos culturais e esses indicadores revela em que medida as políticas culturais estão contribuindo para a redução ou ampliação de desigualdades econômicas e sociais regionais. Estudos como os de Bourdieu (1989) e Menger (2001) destacam a cultura como uma dimensão transversal das políticas públicas de desenvolvimento territorial, conectando-a a fatores estruturais do desenvolvimento econômico.

Para compreender os padrões de distribuição espacial dos recursos culturais, são utilizados diversos indicadores culturais. Estes incluem o acesso aos bens culturais, medido pela presença de equipamentos culturais e pela participação do público; a produção, expressa pelo número de projetos realizados e pela atuação de agentes culturais ativos; e a valorização, relacionada ao reconhecimento das expressões culturais locais. Além disso, o impacto econômico também é um indicador importante, mensurado pela geração de empregos, arrecadação e movimentação financeira no setor cultural. Segundo o estudo de Silva e Lopes (2014), a análise do impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento econômico local revela como as características locais, como infraestrutura e capital humano, influenciam diretamente a distribuição e o impacto dos recursos econômicos, incluindo os culturais, nos municípios, refletindo as disparidades regionais e a efetividade das políticas de fomento.

A transição para uma gestão mais eficaz dos investimentos culturais exige a construção e institucionalização de sistemas de monitoramento baseados em indicadores. Tais sistemas são essenciais para garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos culturais e permitir ajustes contínuos nas alocações, promovendo maior transparência nas decisões relacionadas aos investimentos culturais. Iniciativas como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) são fundamentais para consolidar uma gestão mais informada e eficiente, embora ainda enfrentem desafios relacionados à atualização e cobertura dos dados (Brasil, 2010).

Além dos indicadores quantitativos, é importante integrar metodologias qualitativas e participativas para aprofundar a compreensão das dinâmicas culturais locais. A realização de pesquisas etnográficas, grupos focais com agentes culturais e consultas públicas pode capturar dimensões subjetivas das políticas culturais, como pertencimento, fortalecimento das identidades locais e transformação das relações comunitárias. Essas metodologias ampliam a compreensão dos efeitos das políticas culturais, reconhecendo não apenas os impactos econômicos, mas também os efeitos simbólicos e sociais das ações culturais (Canclini, 2006; Menger, 2001).

Com o crescimento das plataformas digitais e a mudança no comportamento do público, as políticas culturais começam a se adaptar a novas demandas, como a digitalização do patrimônio cultural, as plataformas de streaming e a acessibilidade a conteúdos culturais por meio da internet. A pandemia de COVID-19 acelerou esse processo de digitalização, destacando a necessidade de políticas públicas que integrem tecnologias digitais à promoção e disseminação cultural. Como aponta Pereira (2024), a inclusão da cultura digital nos currículos e nas práticas pedagógicas pode ser um vetor importante para reduzir desigualdades educacionais e culturais, sobretudo em regiões onde a infraestrutura cultural e tecnológica é limitada, como nas zonas rurais e nas periferias urbanas.

A análise das políticas culturais ao longo do tempo revela como as condições econômicas e políticas impactam a distribuição de investimentos culturais. No Brasil, a criação do Ministério da Cultura (MinC) na década de 1990 foi um marco importante, mas as políticas culturais também passaram por retrocessos, especialmente após a recessão de 2015. O impacto das transformações digitais deve ser levado em conta para garantir que as políticas públicas culturais do futuro sejam mais equilibradas e acessíveis, promovendo uma cultura mais inclusiva e diversificada (Inchauspe, 2015).

Em relação às futuras abordagens para a equidade na distribuição dos recursos culturais, é essencial considerar a valorização da economia criativa. As tendências futuras das políticas culturais no Brasil devem considerar a crescente valorização da economia criativa, com o setor cultural sendo reconhecido como um motor de desenvolvimento econômico. O fomento à economia criativa, alinhado com a sustentabilidade e a inovação, pode ser uma estratégia chave para melhorar a distribuição equitativa dos recursos culturais, especialmente em regiões com pouca infraestrutura. Segundo o relatório da Unesco (2020), a economia criativa tem gerado impactos positivos no emprego, na identidade cultural e na diversificação econômica em diversas cidades ao redor do mundo, e o Brasil, com sua vasta diversidade cultural, apresenta um grande potencial a ser desenvolvido.

2. METODOLOGIA

Esta seção descreve a metodologia adotada para a realização deste estudo. Primeiramente, serão apresentadas as fontes de dados utilizadas, juntamente com as variáveis selecionadas para a análise. Em seguida, detalharemos os métodos e modelos aplicados, explicando como os dados foram tratados e analisados. Por fim, discutiremos os resultados esperados a partir da aplicação das técnicas e modelos escolhidos.

2.1 Base de dados e fontes

Neste estudo, foram analisados os 5.570 municípios brasileiros. A variável dependente, "gastos públicos per capita em cultura", refere-se ao total de recursos destinados às atividades culturais em cada município, dividido pela população residente, com base nos dados de 2015. As variáveis independentes consideradas foram: "renda per capita", que corresponde à razão entre o total de rendimentos de todos os residentes em domicílios permanentes e o número total de indivíduos, com informações de 2010; "índice de Gini", utilizado para medir a desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita em cada município, com dados também de 2010; e "taxa de urbanização", calculada pela relação entre a população urbana e o total de habitantes do município, com dados de 2010.

Cabe destacar que todas as variáveis explicativas utilizadas no modelo se referem ao ano de 2010. Essa escolha se justifica pelo fato de que os efeitos das variáveis explicativas sobre os investimentos culturais em uma localidade tendem a se prolongar ao longo do tempo, sem se dissiparem imediatamente após a ocorrência das mudanças. Lopes (2002) argumenta que, ao considerar variáveis de início de período, é possível atenuar a endogeneidade nos modelos de regressão, oferecendo uma visão mais clara sobre os impactos das políticas de investimento cultural nas diferentes regiões do Brasil. Os dados utilizados foram obtidos por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados de gasto público em cultura foram extraídos do SICONFI, plataforma que reúne informações sobre a execução orçamentária de municípios e estados. Essas informações fornecem o quantitativo de quanto cada município destina ao setor cultural, permitindo identificar padrões de investimento entre as regiões brasileiras. Para as variáveis socioeconômicas, foram utilizados dados do IBGE, que fornece informações sobre renda domiciliar per capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), taxa de

urbanização, entre outras, essenciais para entender as condições econômicas que influenciam os gastos culturais.

2.2 Análise Exploratória De Dados Espaciais (AEDE)

O objetivo é identificar padrões de dependência espacial e aglomeração nos investimentos públicos em cultura nos 5.570 municípios brasileiros, com foco nas disparidades regionais no acesso a recursos culturais. Para isso, será realizada uma análise espacial em três etapas: (i) análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE); (ii) aplicação do Índice de Moran Global e do Índice de Moran Local (LISA); (iii) realização de regressões econômicas espaciais, com o intuito de aprofundar a compreensão das relações entre as variáveis socioeconômicas e os investimentos culturais.

A seleção dessas ferramentas fundamenta-se na literatura especializada em estatística espacial (Anselin, 2005), que permite investigar se municípios vizinhos compartilham características similares no que se refere ao volume de investimentos. A análise exploratória de dados espaciais (AEDE) consiste em um conjunto de procedimentos descritivos destinados a revelar padrões espaciais nos dados antes da imposição de qualquer modelo estatístico formal (Anselin, 1995). Essa etapa é fundamental para detectar tendências, heterogeneidades e possíveis outliers, que poderiam afetar as análises subsequentes. Inicialmente, serão calculadas estatísticas descritivas dos gastos culturais per capita nos municípios, como média, mediana, desvio-padrão, coeficiente de variação e medidas de assimetria.

Em seguida, serão elaborados mapas temáticos (mapas coropléticos) que representarão a distribuição espacial dos investimentos culturais. Para a classificação dos dados nos mapas, será utilizado o método de Intervalos Naturais (Jenks, 1967)¹, que otimiza a separação dos valores em classes de maneira a minimizar a variância intraclasse e maximizar a variância entre classes. Esta também incluirá a observação de diagramas de dispersão espacial (Moran *scatterplot*), onde o valor de cada município é comparado com a média ponderada de seus vizinhos, possibilitando a identificação preliminar de padrões de associação positiva ou negativa.

¹ O método de Intervalos Naturais, desenvolvido por George F. Jenks em 1967, consiste em um algoritmo de classificação de dados que agrupa valores em classes de modo a minimizar a variância interna de cada classe e maximizar a variância entre as classes. Esse método é utilizado em representações cartográficas para destacar padrões espaciais de maneira visualmente equilibrada e estatisticamente significativa.

Esses procedimentos serão realizados com o apoio de softwares especializados em análise de dados espaciais, como o QGIS, que oferece ferramentas adequadas para a realização dessas tarefas (Anselin, 2005). A análise da associação espacial pode ser dividida em duas abordagens: i) estatísticas globais, que capturam as tendências gerais dos dados, considerando valores semelhantes em uma área ampla; e ii) estatísticas locais, que fornecem uma análise mais detalhada, identificando padrões específicos em grupos territoriais, com foco em regiões particulares.

O Índice de Moran Global será utilizado para avaliar a existência de autocorrelação espacial entre os valores dos gastos culturais per capita. A autocorrelação espacial é a situação em que a similaridade dos dados é função da proximidade espacial entre as unidades de observação (Anselin, 1988). O Índice de Moran permite avaliar o grau de similaridade entre os valores de uma variável em diferentes locais, o que é fundamental para compreender se os municípios vizinhos apresentam valores semelhantes ou dissimilares de investimentos culturais.

O Índice de Moran (I) pode ser definido da seguinte forma:

$$I = \frac{n \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij} (x_i - \bar{x})(x_j - \bar{x})}{(\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij}) \sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \quad (1)$$

Onde:

- w_{ij} representa a ponderação espacial entre os pares de regiões i e j ;
- x_i e x_j representam os valores da variável de interesse (gastos com cultura) nos municípios i e j ;
- $\bar{x}$ é a média dos valores de x

Vale ressaltar que w_{ij} representa a ponderação espacial entre os pares de regiões i e j . Essa ponderação é uma medida que indica a proximidade ou a relação espacial entre as duas regiões. Se $w_{ij}=1$, isso significa que as regiões i e j são contíguas ou estão em contato geográfico total, enquanto $w_{ij}=0$ indica que as regiões i e j não têm contato espacial.

Desse modo, uma autocorrelação positiva indica que, quando um município aumenta seus gastos em cultura, os municípios vizinhos tendem a seguir a mesma tendência, elevando também seus próprios investimentos culturais. Em contrapartida, uma autocorrelação negativa

sugere que, quando um município aumenta seus gastos culturais, os municípios vizinhos podem reduzir os seus, evidenciando um comportamento inversamente relacionado entre os gastos das regiões.

O Índice de Moran Local, também conhecido como LISA (*Local Indicators of Spatial Association*), será utilizado para detectar agrupamentos locais e outliers espaciais. Diferentemente do Moran Global, que fornece uma única medida para todo o conjunto de dados, o LISA permite calcular uma estatística de autocorrelação para cada unidade espacial individualmente, oferecendo uma análise mais detalhada e precisa dos padrões de distribuição espacial (Anselin, 1995). Esta ferramenta identifica padrões espaciais localizados que não são capturados pela análise global, permitindo a detecção de áreas com concentrações ou dispersões significativas de investimentos culturais.

O LISA mede a intensidade da associação espacial local, e a interpretação dos resultados será feita com base na classificação dos municípios em quatro categorias:

- **Alta-Alta (High-High):** municípios com altos gastos culturais cercados por municípios com altos gastos.
- **Baixa-Baixa (Low-Low):** municípios com baixos gastos culturais cercados por municípios com baixos gastos.
- **Alta-Baixa (High-Low):** municípios com altos gastos culturais cercados por municípios de baixos gastos (outliers).
- **Baixa-Alta (Low-High):** municípios com baixos gastos culturais cercados por municípios de altos gastos (outliers).

Será gerado um mapa de clusters LISA, que permitirá a identificação visual dos agrupamentos significativos de investimentos culturais. Esta visualização proporciona uma representação clara das regiões onde os recursos culturais estão sendo concentrados, assim como das áreas onde existem lacunas no acesso e na distribuição desses recursos. Assim, oferecendo um panorama mais detalhado acerca das disparidades regionais, que merecem atenção em futuras pesquisas ou intervenções analíticas.

2.2.1 Regressões espaciais

O modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) foi inicialmente utilizado para estimar os efeitos das variáveis independentes sobre o gasto público per capita em cultura. O OLS é um modelo clássico de regressão linear que assume que as observações são independentes, ou seja, que não há dependência entre os valores das variáveis explicativas nas

diferentes unidades espaciais. No entanto, em estudos de dados espaciais, essa suposição pode ser violada, uma vez que a dependência entre municípios vizinhos é frequentemente significativa, o que pode levar a viés de especificação nos resultados.

Por isso, o modelo OLS serve como referência inicial para comparar com os modelos espaciais mais robustos, que levam em consideração a dependência espacial entre os municípios. A equação do OLS é dada por:

$$y_i = \alpha + \beta_i X_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

onde:

- y_i representa o gasto público per capita em cultura;
- X_i é o vetor de variáveis explicativas;
- α é o intercepto;
- β_i são os coeficientes das variáveis explicativas;
- ε_i é o termo de erro.

Como alternativa ao OLS, existem os modelos de regressão espacial, que levam em consideração os pesos e os efeitos da localização dos municípios. Os modelos de regressão espacial autorregressiva (SAR) são utilizados para analisar a interdependência espacial entre os municípios. Nesse tipo de modelo, é incorporado um parâmetro espacial ρ , que captura a relação de dependência entre os municípios vizinhos. Quando o parâmetro ρ seja positivo, indica que, quando um município aumenta seus gastos, seus vizinhos tendem a seguir a mesma tendência. Por outro lado, se o valor do parâmetro for negativo, significa que, ao aumentar seus gastos, um município pode induzir uma redução nos gastos dos municípios vizinhos (Soares, 2014).

O modelo SAR é fundamentado nos princípios dos modelos autorregressivos de séries temporais, adaptando-os para dados espaciais ao incorporar uma matriz de ponderação espacial como uma variável explicativa, juntamente com as demais variáveis explicativas na equação. A estrutura do modelo SAR é expressa pela seguinte equação:

$$y_i = \rho W_1 y + \beta_k X_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

onde:

- ρ é o parâmetro autorregressivo;
- W_1 é a matriz de peso da vizinhança

- X_i é o vetor de variáveis explicativas ou independentes
- ε_i é o termo de erro aleatório

Assim, quando o parâmetro ρ é positivo, indica uma autocorrelação positiva, ou seja, os aumentos nos gastos de um município tendem a ser seguidos por aumentos nos gastos dos municípios vizinhos. Por outro lado, quando ρ é negativo, há autocorrelação negativa, sugerindo que, ao aumentar os gastos culturais, um município pode levar seus vizinhos a reduzir seus próprios gastos.

Conforme LeSage e Pace (2009), no modelo de defasagem espacial (SAR), os efeitos marginais das variáveis independentes sobre a variável dependente é dado por $(1 - \rho)^{-1}\beta_k$. Já Anselin (1988) destaca que a estimação desse tipo de modelo por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) pode levar a resultados viesados e inconsistentes, dada a estrutura de dependência espacial dos dados.

Uma alternativa de estimação ao modelo SAR é o SEM (spatial error model), que parte da premissa de que a dependência espacial está presente apenas no termo de erro. Ou seja, a autocorrelação espacial não é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo, mas sim pela própria estrutura dos resíduos (Anselin, 2005). Assim, o modelo MEE é expresso pela seguinte equação:

$$y_i = \alpha + \beta_i X_i + \lambda W u + + \varepsilon_i \quad (4)$$

onde:

- λ é o coeficiente de erro espacial;
- u é o erro espacial dependente;
- α é o termo constante

A matriz de pesos espaciais W será construída utilizando os critérios de *Queen contiguity*, *Rook contiguity* e *k-nearest neighbors*. No critério *Queen*, dois municípios são considerados vizinhos se compartilharem qualquer fronteira ou vértice, enquanto no critério *Rook*, a vizinhança é definida apenas pelas fronteiras comuns, sem considerar os vértices.

O critério (*k-nearest neighbors*) considera a proximidade relativa, ou seja, os k municípios mais próximos, independentemente de sua contiguidade geográfica. Para o critério, serão testadas diferentes quantidades de vizinhos mais próximos, representadas por $k5$, $k7$, $k9$ e $k11$, onde o número ao lado de k indica o número de vizinhos considerados para a formação da

matriz de pesos. O uso desses valores permitirá observar como a definição do número de vizinhos afeta os resultados da análise espacial.

O critério *Queen* é particularmente adequado para dados geoespaciais relacionados a municípios, pois considera tanto os vértices quanto as fronteiras como possíveis conexões entre as unidades geográficas (Bivand et al., 2008). O critério *Rook* é mais restritivo, considerando apenas as fronteiras como possíveis conexões, enquanto o critério *k-nearest neighbors*, por sua flexibilidade, permite que a análise espacial seja conduzida com base na proximidade, não sendo necessariamente limitada pela contiguidade geográfica (Getis; Ord, 1992).

2.3 Variáveis de pesquisa

As variáveis selecionadas para análise são fundamentais para compreender os padrões espaciais dos investimentos públicos em cultura e suas interações com indicadores socioeconômicos e culturais. A seguir, apresentamos as variáveis utilizadas no estudo, com suas devidas justificativas teóricas e respectivas citações de autores que embasam sua escolha.

Para medir a capacidade econômica dos municípios, optou-se pela “Renda domiciliar per capita”, que representa a média da renda domiciliar dividida pela população. Essa variável é amplamente utilizada como *proxy* do bem-estar econômico das famílias e reflete a capacidade efetiva de consumo e investimento em bens culturais em nível local. Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2019), a renda per capita domiciliar constitui um indicador central na medição do bem-estar econômico das famílias, refletindo diretamente sua capacidade de consumo e acesso a bens culturais e sociais.

Além da “Renda domiciliar per capita”, foi utilizado o “Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”, uma medida que integra indicadores de saúde, educação e renda. Este indicador é fundamental para avaliar as condições de vida nos municípios e, consequentemente, a capacidade de acesso a bens culturais. Sen (1999) e Santos (2002) argumentam que a melhoria do IDH reflete não apenas o desenvolvimento humano, mas também a capacidade das populações de acessar direitos básicos, como a cultura, de maneira mais equitativa, o que torna o IDH um indicador essencial para a nossa análise.

O “Índice de Gini Municipal”, por sua vez, foi selecionado para medir a desigualdade de distribuição de renda dentro dos municípios. Regiões com um alto grau de desigualdade tendem a enfrentar maiores dificuldades no acesso aos bens culturais, o que justifica a relevância deste indicador. Stiglitz (2000) e Oates (1972) discutem a relação entre desigualdade

econômica e exclusão de uma parte da população dos serviços culturais, ressaltando como a concentração de renda impacta diretamente o acesso a recursos culturais essenciais.

A “Taxa de analfabetismo” foi incluída como um indicador do nível educacional dos municípios, um fator importante para o acesso à cultura. Estudos como os de Souza e Gonçalves (2021) e Ribeiro (1997) demonstram que níveis elevados de analfabetismo dificultam o engajamento da população em atividades culturais, restringindo o consumo e a produção cultural, e limitando a efetividade das políticas públicas nesse setor.

A “Taxa de desocupação” reflete a fragilidade econômica e social dos municípios, interferindo na capacidade de investimento e demanda por cultura. Segundo Oliveira (2022), o desemprego elevado está associado à redução do poder aquisitivo e da capacidade de autofinanciamento das populações locais, afetando negativamente a geração e o consumo cultural. Ademais, a insegurança econômica pode deslocar as prioridades individuais e coletivas para necessidades básicas imediatas, relegando o acesso à cultura a um segundo plano, o que evidencia a importância de considerar esse indicador no contexto da análise dos investimentos públicos culturais.

De acordo com Oliveira e Giacomazzo (2024), as juventudes contemporâneas são profundamente influenciadas pela cultura digital, utilizando plataformas online não apenas para consumo, mas também para produção e disseminação de conteúdos culturais. Essa dinâmica evidencia o protagonismo juvenil na redefinição das práticas culturais e na ampliação do acesso a diversas formas de expressão artística. Nesse contexto, a variável “População jovem (15 a 24 anos)” torna-se um indicador significativo para compreender as dinâmicas culturais locais e regionais.

A “População idosa (65 anos ou mais)” também foi incluída na análise, uma vez que os idosos possuem um perfil de consumo cultural diferente, muitas vezes mais voltado para atividades culturais tradicionais e de preservação do patrimônio. A população idosa tem maior tempo livre e menores custos de oportunidade, o que pode gerar um aumento na demanda por atividades culturais. No contexto do envelhecimento e do consumo cultural, Matos (2012) destaca que, diante da nova realidade demográfica do Brasil, tem-se observado a criação de um grupo denominado Terceira Idade, caracterizado por uma abordagem positiva sobre o envelhecimento. Ele também aponta que a população de meia-idade tem ocupado rapidamente espaços criados para proporcionar novas experiências de envelhecimento coletivo, indicando uma mudança nas dinâmicas sociais e culturais desse grupo.

A “Taxa de urbanização” foi considerada para entender o impacto da urbanização no acesso a atividades culturais. Estudos sobre dinâmicas urbano-regionais, como o de Martins (2018), evidenciam que a urbanização pode estar associada ao aumento dos investimentos culturais nas cidades, especialmente em territórios de fronteira. Nesse contexto, a “Taxa de urbanização ao quadrado” foi introduzida para capturar a relação não linear entre urbanização e investimentos culturais. O efeito da urbanização sobre os gastos culturais pode não ser linear; em determinado ponto de urbanização, os municípios podem experimentar um declínio nos investimentos culturais devido à saturação ou à realocação de recursos para outras prioridades orçamentárias.

Além de tudo, foi utilizado o “Fundo de Participação Municipal per capita – FPM per capita”, dado que é uma importante fonte de recursos para os municípios, sendo utilizado para financiar diversas áreas, incluindo a cultura. Como destacado por Mendes, Miranda e Cosio (2013), o FPM é essencial para garantir que os municípios possuam recursos financeiros para a implementação de políticas públicas em áreas prioritárias, como a cultura.

Por fim, o SICONFI fornece dados detalhados sobre as despesas públicas em cultura, que são fundamentais para a análise da alocação de recursos no setor cultural. Esse dado permite avaliar a centralização ou descentralização dos investimentos, ajudando a identificar as desigualdades regionais na distribuição dos recursos.

Quadro 1- Variáveis utilizadas no modelo

Variáveis	Descrição		Base de dados
Variável dependente			
Cultper	Gasto público per capita na função Cultura		SICONFI
Variáveis independentes			
Variáveis	Descrição	Base de dados	Autor(es) de referência
RendaPer	Renda domiciliar per capita	IBGE	BID (2019)
Gini	Índice de Gini para desigualdade de renda	IBGE	Stiglitz (2000); Oates (1972)
TxDesocup	Percentual da população desocupada com mais de 18 anos	IBGE	Oliveira (2022)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IBGE	Sen (1999); Santos (2002)
Urb	Proporção da população urbana sobre o total do município	IBGE	Martins (2018)
Urb²	Taxa de urbanização ao quadrado, para efeito não linear	IBGE	Martins (2018)
Analf	Percentual de pessoas maiores de 18 anos analfabetas	IBGE	Souza e Gonçalves (2021) e Ribeiro (1997)
Pop15e24	Percentual da população entre 15 e 24 anos	IBGE	Oliveira e Giacomazzo (2024)
Pop65mais	Percentual da população com 65 anos ou mais	IBGE	Matos (2012)
FPMper	Fundo de Participação Municipal per capita	SICONFI	Mendes, Miranda e Cosio (2013)

Fonte: Elaboração própria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção, os resultados obtidos a partir da análise espacial dos gastos públicos per capita em cultura nos municípios brasileiros serão discutidos. A análise foi realizada em três etapas: a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), o Índice de Moran Global e o Índice de Moran Local (LISA). A aplicação dessas ferramentas tem como objetivo identificar padrões espaciais e dependência territorial, com foco na desigualdade regional do acesso aos recursos culturais. A seção está estruturada de forma a apresentar os resultados descritivos, as análises espaciais e os testes de significância, seguidos pelos resultados dos modelos econométricos aplicados.

A análise dos investimentos públicos em cultura nos municípios brasileiros, com base no ano de 2015, revela disparidades regionais significativas, refletindo desigualdades estruturais entre as diversas regiões do país. A base de dados utilizada incluiu informações sobre o gasto per capita em cultura, indicadores socioeconômicos como a renda domiciliar per capita, o Índice de Gini, e outros índices relacionados ao desenvolvimento humano e à infraestrutura urbana, como a taxa de urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A análise exploratória foi realizada com o auxílio de técnicas de estatística espacial, como o Índice de Moran, que revelou padrões de autocorrelação espacial, e a análise de clusters, para identificar áreas com alta concentração de investimentos culturais. O uso de modelos espaciais como OLS, SAR e SEM possibilitou a análise dos efeitos diretos e indiretos das variáveis socioeconômicas nos gastos públicos culturais, permitindo uma interpretação aprofundada das relações espaciais.

A Tabela 1, apresenta a análise descritiva das principais variáveis utilizadas na pesquisa. Os dados de cada variável foram coletados de fontes oficiais, como o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) e o IBGE, abrangendo tanto os municípios quanto dados agregados para o Brasil. A análise descritiva mostra que os municípios brasileiros apresentam uma grande variação nos gastos per capita com cultura, o que é consistente com a literatura que discute as desigualdades no acesso aos recursos culturais. Como esperado, municípios com maiores rendas e melhores condições socioeconômicas têm maior capacidade de alocar recursos para a cultura.

Os resultados revelam elevada variabilidade nos investimentos culturais entre os municípios brasileiros. A média de gastos per capita em cultura nos municípios brasileiros é de 26,25, com uma grande variação, indicando que os investimentos em cultura são bastante

concentrados em algumas áreas. O desvio padrão de 35,85 e o valor máximo de 448,27 demonstram que há uma disparidade significativa na alocação de recursos culturais, com alguns municípios recebendo investimentos muito maiores que outros, refletindo o padrão esperado da teoria das economias de aglomeração (Krugman, 1991), em que áreas com maior desenvolvimento econômico atraem mais recursos. Essa concentração tende a favorecer municípios com maior capacidade administrativa e infraestrutura consolidada.

Essa grande variabilidade pode ser explicada pela desigualdade na capacidade de arrecadação de cada município e pela concentração de recursos culturais nos grandes centros urbanos, como discutido por Lopes (2002) e Rubim (2009). A concentração de recursos em grandes centros urbanos tende a reforçar as desigualdades regionais, conforme a teoria dos polos de crescimento de Perroux (1955).

A média da renda domiciliar per capita é 493,61, com um desvio padrão de 243,27, o que também evidencia uma grande desigualdade na distribuição da renda. O valor máximo de 2043,74 e o valor mínimo de 96,25 indicam que a renda é muito mais concentrada nas regiões mais desenvolvidas, o que é consistente com a teoria de Myrdal (1956) sobre a concentração de investimentos nas áreas mais desenvolvidas.

A relação entre os gastos em cultura e a renda per capita é um indicador importante, pois municípios com maior poder aquisitivo podem captar mais recursos e oferecer melhores condições de acesso à cultura (Menger, 2001).

A distribuição do Índice de Gini confirma a desigualdade na distribuição de renda, o que, conforme Stiglitz (2000), pode influenciar diretamente o acesso aos bens culturais. O Índice de Gini está diretamente relacionado ao conceito de desigualdade regional, sendo um dos fatores mais críticos que influenciam o acesso aos bens culturais, como discutido por Bourdieu (1989).

O Índice de Gini médio de 0,49 revela que o Brasil apresenta uma distribuição de renda ainda muito desigual. Isso reforça a ideia de que, além da concentração de investimentos culturais, a desigualdade econômica também influencia o acesso desigual à cultura, o que pode ser exacerbado nas regiões periféricas.

A taxa média de analfabetismo de 17,40% e o desvio de 10,70% indicam que há grandes disparidades na educação entre os municípios, o que também impacta no acesso à cultura. Como enfatizam Putnam (2000) e Silva (2020), a educação é um fator crucial para o desenvolvimento social e cultural, influenciando a inclusão e a participação em espaços culturais.

A população jovem, que representa 17,79% da população total, é um grupo importante para a análise, pois são frequentemente os principais consumidores e produtores de cultura. Municípios com maior proporção de jovens podem ter maior demanda e produção cultural, como visto nas cidades mais dinâmicas e desenvolvidas.

O valor médio do IDH de 0,66 e a taxa de urbanização média de 0,64, reforçam a disparidade social e econômica nas diferentes regiões do Brasil. Municípios mais urbanizados e com maior IDH mais baixo tendem a dispor de melhores condições para fomentar a cultura local, o que confirma a tese de que o desenvolvimento territorial influencia a capacidade de alocação de recursos culturais (Myrdal, 1956; Sen, 1999).

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis

Variável	Obs	Média	Desvio-padrão	Min	Max
Gasto per capita em Cultura (2015)	5.554	26,25	35,85	0	448,27
Renda domiciliar per capita (2010)	5.565	493,61	243,27	96,25	2043,74
Índice de Gini (2010)	5.565	0,49	0,07	0,28	0,8
Taxa de analfabetismo - 18 anos mais (2010)	5.565	17,4	10,7	0,97	47,64
Taxa de desocupação (2010)	5.565	6,19	3,66	0	38,45
População 15 a 24 anos em 2010 (%)	5.565	17,79	1,94	5,78	27,04
População igual ou superior a 65 anos em 2010 (%)	5.565	0,08	0,02	0,01	0,2
Taxa de urbanização (2010)	5.565	0,64	0,22	0,04	1
Taxa de urbanização ao quadrado (2010)	5.565	0,46	0,27	0	1
Fundo de Participação Municipal per capita (2010)	5.486	705,62	506,94	11,67	5622,08
Índice de Desenvolvimento Humano (2010)	5.565	0,66	0,07	0,42	0,86

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, a análise descritiva sugere que as desigualdades nos investimentos culturais refletem a heterogeneidade estrutural entre os municípios brasileiros, especialmente no que tange à renda, infraestrutura urbana e capital humano. Essas diferenças fundamentam a necessidade de aprofundar a análise com abordagens espaciais e econométricas.

3.1 Distribuição dos gastos públicos per capita em cultura em 2015

A distribuição dos gastos públicos per capita em cultura em 2015 revela um padrão marcado por fortes desigualdades regionais. As regiões Sul e Sudeste concentram os maiores volumes de investimento, enquanto Norte e Nordeste permanecem à margem do financiamento público cultural. Esse padrão de concentração está alinhado à teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), segundo a qual cidades com maior infraestrutura e capacidade de atração tendem a acumular serviços e recursos especializados.

Observa-se que os grandes centros urbanos concentram a maior parte dos investimentos, favorecidos por sua infraestrutura, mercados consumidores consolidados e capacidade administrativa. Esse comportamento segue a lógica das economias de aglomeração (Porter, 1990), segundo a qual municípios com maior densidade econômica e institucional atraem mais recursos, aprofundando o fosso entre regiões centrais e periféricas.

A Figura 1, referente ao ano de 2015, evidencia visualmente esse padrão. Os maiores níveis de investimento concentram-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Tais localidades operam como polos irradiadores de bens simbólicos e culturais, conforme aponta Bourdieu (1989), ao discutir a concentração de capital cultural em determinados espaços sociais.

A análise da distribuição espacial dos gastos públicos per capita em cultura nos municípios brasileiros em 2015 revela uma dispersão significativa desses investimentos pelo território nacional, com destaque para algumas regiões que concentram maior volume de recursos. Enquanto a Região Sudeste e partes do Centro-Oeste concentram os maiores valores per capita, estados como Acre, Maranhão, Rondônia e Piauí apresentam os menores indicadores, indicando um cenário persistente de exclusão cultural.

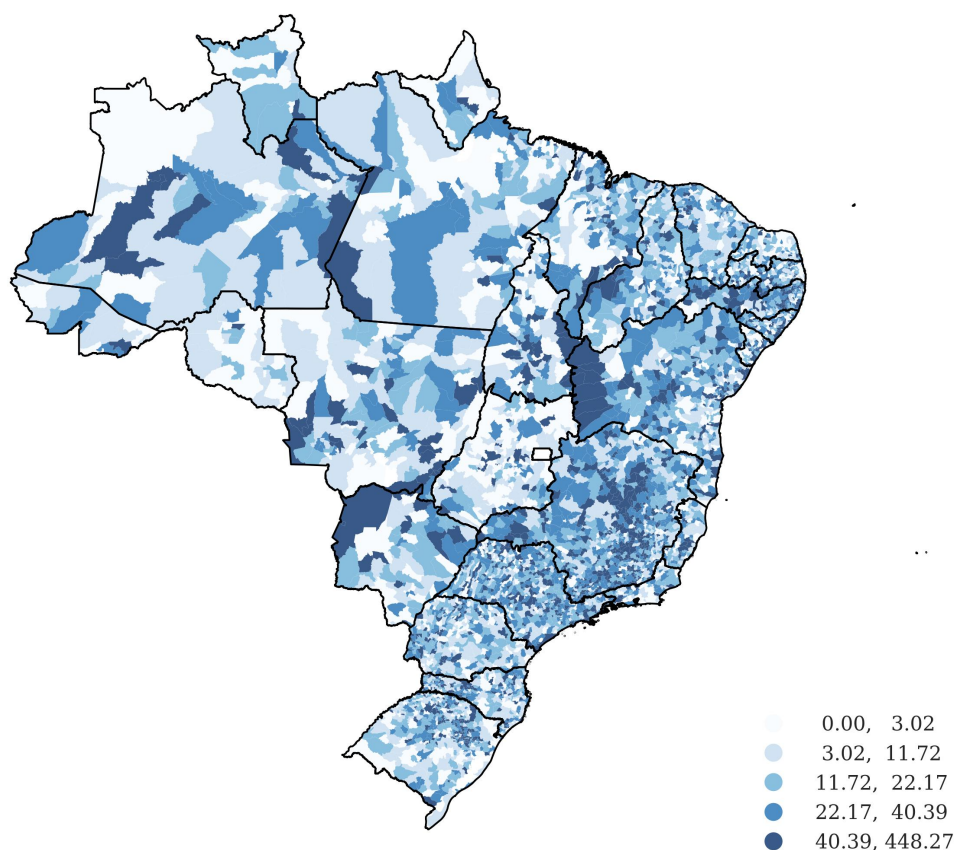
Esses municípios periféricos, marcados por baixos índices de desenvolvimento humano, fragilidade institucional e carência de infraestrutura, enfrentam severos obstáculos para acessar e executar políticas culturais. Mantecón (2008) aponta que as indústrias culturais podem contribuir para o fortalecimento do tecido social nas localidades, mas, para isso, é necessário um investimento maior e mais equitativo, o que ainda não é observado em muitas dessas regiões.

Verifica-se, portanto, uma forte disparidade entre os municípios, os centros urbanos acumulam investimentos, enquanto os periféricos operam com orçamentos restritos. Esse processo reforça a dinâmica descrita por Myrdal (1956) em sua teoria da causação circular

cumulativa, segundo a qual os fluxos de recursos e desenvolvimento tendem a se concentrar nas regiões que já detêm vantagens estruturais. A aglomeração de equipamentos culturais, infraestrutura e capital simbólico tende a intensificar a atratividade dos centros, alimentando um ciclo de concentração e exclusão.

Ainda dentro dessa perspectiva, Santos (2002) argumenta que o território não é neutro, mas sim um produto das relações sociais e das estruturas de poder. Isso significa que os recursos culturais não são distribuídos de maneira aleatória, mas refletem decisões políticas, interesses econômicos e padrões históricos de desenvolvimento desigual.

Figura 1 – Distribuição dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015)



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, os resultados revelam uma nítida divisão territorial na alocação dos gastos públicos em cultura. A concentração de recursos nas regiões mais desenvolvidas não apenas reflete desigualdades econômicas, mas também reforça a centralidade simbólica e funcional dos grandes centros urbanos. O padrão observado também pode ser interpretado à luz da teoria das economias de aglomeração (Krugman, 1991), que sugere que os recursos culturais se

concentram nas áreas com maior densidade econômica e infraestrutura, criando um ciclo de atração para novos investimentos e reforçando a concentração institucional e financeira nos centros urbanos.

3.2 Teste de autocorrelação global e local

A autocorrelação espacial global dos gastos públicos per capita em cultura foi analisada por meio do Índice de Moran Global, visando identificar padrões de dependência territorial entre os municípios brasileiros. O valor obtido, I de Moran = 0,27 (p -valor < 0,001), indica uma autocorrelação positiva estatisticamente significativa. Isso significa que municípios próximos tendem a apresentar níveis semelhantes de investimento cultural, sugerindo a existência de estrutura espacial na distribuição dos recursos.

Esse resultado está em consonância com a lógica das economias de aglomeração, conforme discutido por Krugman (1991) e Porter (1990), nas quais a densidade econômica, institucional e infraestrutural favorece a concentração de investimentos. Além disso, o padrão observado é compatível com a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933), que propõe que os centros urbanos exercem influência funcional sobre os territórios adjacentes, concentrando serviços e recursos especializados.

A Tabela 2 apresenta os valores de I de Moran obtidos com diferentes matrizes de pesos espaciais – *Queen*, *Rook* e k -vizinhança ($k = 5$ a 11). Todos os coeficientes foram positivos e estatisticamente significativos ($p < 0,01$), confirmando a robustez da autocorrelação espacial sob diferentes critérios de vizinhança. O maior valor foi registrado com a matriz $k5$ (0,16), indicando maior força de associação entre municípios mais próximos.

A matriz *Queen*, que considera como vizinhos os municípios que compartilham fronteiras ou vértices, apresentou I de Moran de 0,133, enquanto a matriz *Rook*, que considera apenas fronteiras comuns, resultou em 0,132. Ambos os valores são próximos e confirmam o padrão de agrupamento regional, característico de processos de aglomeração territorial.

As matrizes baseadas em vizinhança por número fixo de vizinhos (*k-nearest neighbors*) também apresentaram autocorrelação positiva, com valores variando de 0,128 a 0,160. Esses resultados indicam que a dependência espacial se mantém estável mesmo quando se altera o critério de contiguidade, evidenciando a consistência estrutural da distribuição espacial dos investimentos culturais.

Tabela 2 - Coeficiente I de Moran para variável correspondente à variação do Gastos públicos per capita em Cultura nos municípios do Brasil - 2015.

Matriz	I de Moran	E(I)	p-valor	Permutação
Queen	0,133	-0,0002	0,001	999
Rook	0,132	-0,0002	0,001	999
k5	0,16	-0,0002	0,001	999
k7	0,143	-0,0002	0,001	999
k9	0,134	-0,0002	0,001	999
k11	0,128	-0,0002	0,001	999

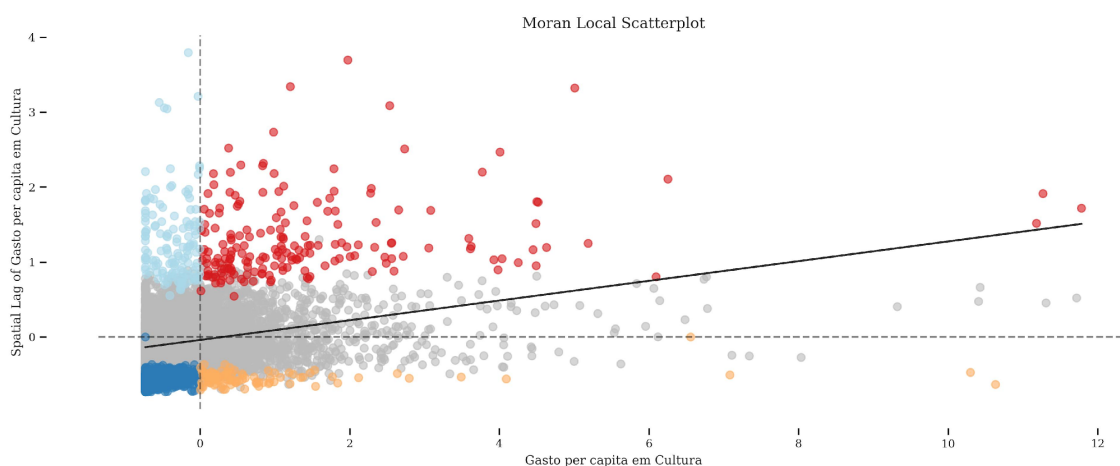
Fonte: Elaboração própria.

Por fim, os *p-valores* extremamente baixos em todas as configurações ($< 0,001$) reforçam a significância estatística dos resultados e confirmam que o padrão espacial identificado não decorre do acaso. Trata-se, portanto, de uma estrutura territorial consolidada, na qual a proximidade geográfica entre os municípios influencia decisivamente os níveis de gasto per capita em cultura.

Ao observar a Figura 2, nota-se que o diagrama de dispersão (Moran Scatterplot) revela a associação entre os gastos culturais nos municípios e a autocorrelação espacial. No gráfico, os pontos azuis representam municípios com baixos investimentos em cultura, enquanto os pontos vermelhos representam os municípios com maiores investimentos.

O diagrama revela uma correlação entre as associações espaciais positivas (valores altos de Moran Local) e as regiões mais desenvolvidas economicamente, que também concentram maiores investimentos em cultura. Esses municípios tendem a estar próximos uns dos outros, formando clusters de alta concentração de gastos culturais. Em contraste, os municípios representados por pontos laranja e amarelo indicam áreas com baixos gastos culturais, localizados principalmente em regiões periféricas, que frequentemente enfrentam desigualdade no acesso a recursos e infraestrutura.

Figura 2 - Diagrama de dispersão de Moran dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015)



Fonte: Elaboração própria.

Esse padrão de associação reforça a teoria de que regiões com maior desenvolvimento econômico e maior capacidade de investimento atraem mais recursos culturais, enquanto regiões menos desenvolvidas permanecem marginalizadas. A presença desses *clusters* de alta concentração de gastos culturais pode ser interpretada como uma manifestação das disparidades regionais no Brasil, sugerindo que os investimentos culturais tendem a se concentrar nas áreas mais ricas e desenvolvidas, enquanto as regiões periféricas têm acesso limitado aos recursos culturais.

A análise do Índice de Moran Local (LISA) aplicada aos gastos públicos per capita em cultura nos municípios brasileiros, com base nos dados de 2015, possibilita identificar padrões locais de autocorrelação espacial que evidenciam agrupamentos territoriais com comportamentos semelhantes em relação aos níveis de investimento cultural, conforme ilustrado na Figura 3.

A categoria High-High (HH), representada na cor vermelha, identifica municípios com altos gastos culturais cercados por vizinhos igualmente com altos investimentos. Esses agrupamentos estão concentrados nas regiões mais desenvolvidas, especialmente no Sudeste e em parte do Sul, destacando cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esses clusters reforçam o papel dos grandes centros como polos de concentração de infraestrutura e recursos culturais, em conformidade com a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933) e com a leitura territorial de Santos (2002), para quem o espaço é organizado a partir de relações de poder e seletividade de fluxos.

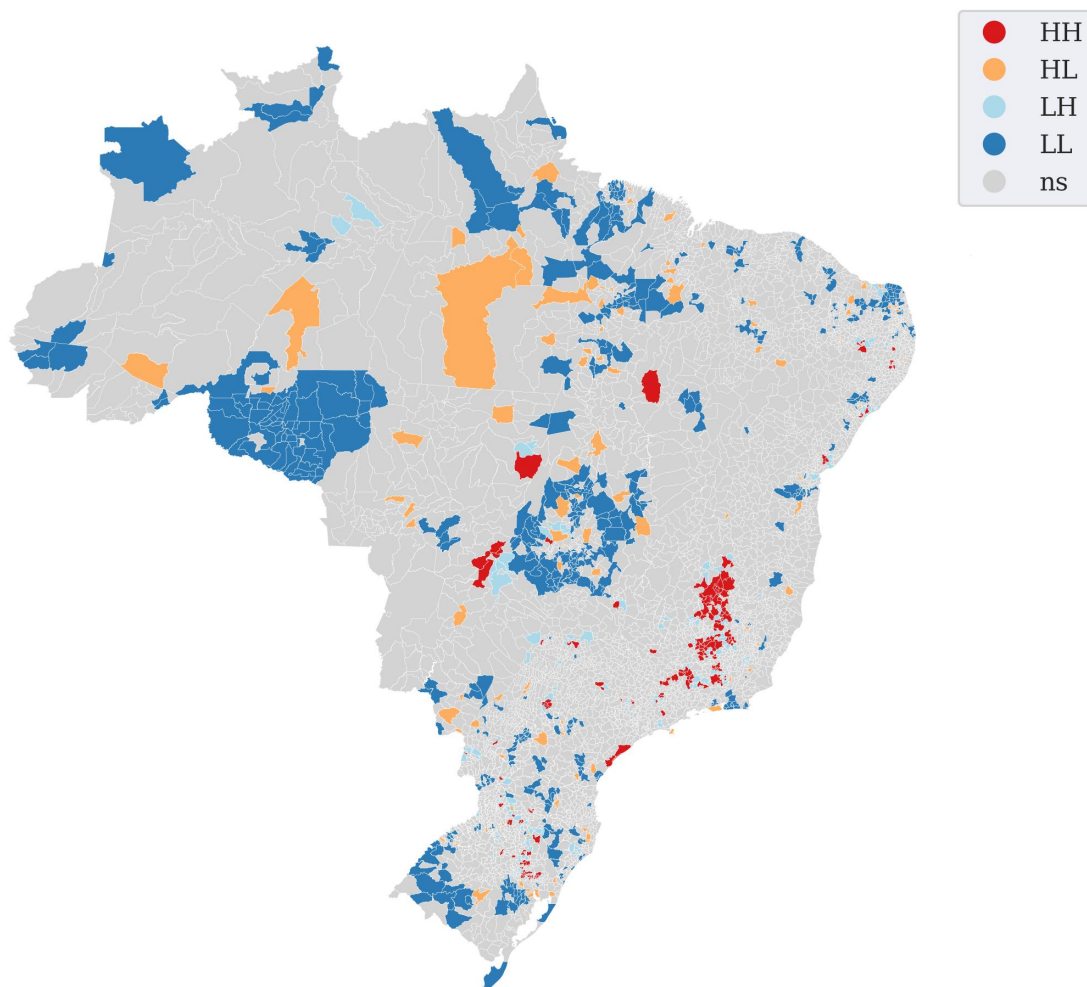
A categoria High-Low (HL), em laranja, indica municípios com altos níveis de investimento cultural inseridos em contextos geográficos com baixos gastos. Esse padrão é observável em capitais ou polos regionais inseridos em regiões de menor dinamismo, como o interior de São Paulo ou a capital de estados como Goiás e Minas Gerais. Essa descontinuidade territorial evidencia a fragmentação do acesso aos recursos culturais, articulando-se com o conceito de capital cultural desigual discutido por Bourdieu (1989).

Representada em azul escuro, a categoria Low-Low (LL), aponta para a existência de agrupamentos de municípios com baixos investimentos culturais cercados por vizinhos igualmente desfavorecidos. Esse padrão é predominante nas regiões Norte e Nordeste, especialmente no interior do Maranhão, Piauí e Bahia. Trata-se de um reflexo das desigualdades históricas de desenvolvimento regional, onde a ausência de infraestrutura cultural e de capacidade institucional compromete o acesso a bens simbólicos (Menger, 2001). A persistência desses agrupamentos reafirma os efeitos de concentração descritos nas economias de aglomeração (Porter, 1990), segundo os quais regiões periféricas tendem a permanecer em desvantagem estrutural.

O padrão Low-High (LH), em azul claro, representa municípios com baixos gastos em cultura, mas cercados por vizinhos com altos níveis de investimento. Esse contraste revela situações de assimetria espacial, nas quais certos municípios permanecem desconectados das dinâmicas regionais de investimento, como ocorre em partes do Centro-Oeste e do interior do Rio Grande do Sul. Essa estrutura remete à ideia de desenvolvimento desigual e combinado, discutida por Myrdal (1956), segundo a qual os efeitos de concentração não se distribuem homogeneamente, podendo reforçar disparidades intra-regionais.

Ademais, a cor cinza representa os municípios classificados como não significativos, ou seja, sem padrão estatístico relevante de autocorrelação espacial. Essas áreas sugerem uma distribuição aleatória dos investimentos culturais, não vinculada a uma estrutura geográfica clara.

Figura 3 - I de Moran local dos gastos públicos per capita em cultura – municípios brasileiros (2015)



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, os resultados do LISA reforçam o caráter espacialmente estruturado da desigualdade nos investimentos culturais no Brasil. A concentração de recursos em clusters de alta renda e infraestrutura e a persistência de vazios culturais em regiões periféricas evidenciam um sistema territorial assimétrico, cujas dinâmicas de concentração e exclusão são reforçadas por condicionantes econômicos e institucionais. Isso corrobora a percepção de que, mesmo diante de esforços pontuais no campo das políticas culturais, as desigualdades regionais permanecem como um desafio central para a constituição de um sistema cultural mais equitativo e inclusivo no país (Santos, 2002; Rubim, 2009).

3.3 Resultados dos modelos espaciais

A análise econométrica foi conduzida por meio de três modelos: o modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), o modelo de defasagem espacial (SAR) e o modelo de erro espacial (SEM). O modelo OLS apresentou coeficientes significativos para várias variáveis explicativas, mas não capturou a estrutura de dependência espacial entre os municípios, conforme evidenciado pelo teste de I de Moran no erro e pelos *Lagrange Multipliers*, que indicaram a não conformidade com a suposição de independência espacial dos resíduos.

Os modelos SAR e SEM ajustaram-se melhor aos dados, com parâmetros espaciais ($\rho = 0,239$ no SAR e $\lambda = 0,314$ no SEM) estatisticamente significativos. A presença de dependência espacial nas variáveis revela que os investimentos culturais de um município estão interconectados com os municípios vizinhos. Isso sugere que os gastos culturais em um município são significativamente influenciados pelos níveis de gasto nos municípios adjacentes, evidenciando o efeito de difusão regional e vizinhança espacial.

A escolha do modelo SEM foi fundamentada nos resultados dos testes de diagnóstico espacial. O teste de I de Moran (erro) apresentou valor significativo (p-valor = 0,000), indicando autocorrelação espacial. Além disso, os *Lagrange Multipliers* (lag e error) também foram estatisticamente significativos (p-valor = 0,000), sugerindo a presença de dependência espacial nos dados. A comparação dos Robust LM - lag e Robust LM - error indicou que, enquanto o Robust LM - lag (p-valor = 0,339) não foi significativo, o Robust LM - error (p-valor = 0,023) foi significativo, corroborando a escolha do modelo SEM como o mais adequado.

Os resultados obtidos no Modelo SEM corroboram a ideia de que o aumento da Renda domiciliar per capita está positivamente relacionado aos gastos públicos em cultura, conforme observado na Tabela 3. Em todos os modelos estimados, a variável apresenta um coeficiente significativo, indicando que os municípios com maior capacidade econômica tendem a alocar mais recursos culturais. Esse achado está alinhado à teoria de que o desenvolvimento econômico impulsiona o acesso e a alocação de recursos culturais, como proposto por Bourdieu (1989) e Menger (2001).

O Índice de Gini apresentou coeficientes negativos e significativos, o que sugere que altos níveis de desigualdade de renda dificultam a universalização dos investimentos culturais. Esse resultado corrobora os argumentos de Stiglitz (2000) sobre os impactos redistributivos da desigualdade na oferta de bens públicos.

A variável IDH apresentou impacto negativo e significativo, o que, à primeira vista, pode parecer contraintuitivo. No entanto, esse resultado pode refletir a maior dependência de transferências em municípios com menor IDH e o uso proporcionalmente elevado de recursos culturais em cidades de médio porte com políticas de cultura mais estruturadas, independentemente do indicador agregado de desenvolvimento humano. Esse paradoxo pode ser interpretado à luz de uma disjunção entre desenvolvimento formal e capacidade cultural instalada, como debatido por Sen (1999) e Rubim (2009).

Ademais, as variáveis analfabetismo, desocupação e estrutura etária (jovens e idosos) também apresentaram coeficientes estatisticamente significativos, reforçando a relevância de fatores sociais e demográficos para a compreensão da alocação de recursos culturais.

No que se refere ao coeficiente λ (Lambda) do modelo SEM, o valor $\lambda = 0,314$ (p-valor $< 0,001$) foi estatisticamente significativo, indicando a presença de dependência espacial nos termos de erro. Esse resultado significa que os erros da regressão não são independentes, sugerindo que os fatores não observados que influenciam os gastos culturais em um município também afetam os municípios vizinhos. Essa dependência espacial nos erros reforça a necessidade de utilizar modelos como o SEM, que capturam adequadamente os efeitos de *spillover* (transbordamento) entre os municípios.

No que diz respeito à taxa de urbanização, esta também se mostrou positivamente associada aos gastos culturais, mas não foi estatisticamente significativa nos três modelos. Esse efeito, que inicialmente parecia alinhado à lógica das economias de aglomeração (Krugman, 1991), não foi corroborado estatisticamente. De acordo com a teoria de Krugman, municípios mais urbanizados tendem a reunir infraestrutura, equipamentos culturais e maior escala institucional, o que favoreceria a alocação de recursos. No entanto, a análise sugere que essa variável, apesar da expectativa, não apresenta uma relação forte o suficiente para justificar um efeito significativo.

Dessa forma, os modelos espaciais revelam que os gastos culturais não são explicados apenas por características internas dos municípios, mas também por sua inserção territorial e relações de vizinhança. A presença de autocorrelação espacial significativa justifica o uso de modelos que incorporam efeitos espaciais, ampliando a compreensão dos determinantes estruturais e regionais dos investimentos públicos em cultura.

Tabela 3 – Resultados das regressões

Variable	OLS		SAR ROBUST (S2SLS)		SEM (SWLS)	
	Coef.	Std.Error	Coef.	Std.Error	Coef.	Std.Error
Renda domiciliar per capita (2010)	0.028***	(0.005)	0.025***	(0.006)	0.026***	(0.007)
Índice de Gini (2010)	-28.544***	(8.385)	-24.892**	(8.275)	-27.668**	(9.062)
Taxa de analfabetismo - 18 anos mais (2010)	-0.497***	(0.098)	-0.407***	(0.100)	-0.386***	(0.110)
Taxa de desocupação (2010)	1.048***	(0.158)	0.914***	(0.222)	0.766***	(0.231)
População 15 a 24 anos em 2010 (%)	1.894***	(0.377)	1.619***	(0.401)	1.363**	(0.437)
População igual ou superior a 65 anos em 2010 (%)	113.284***	(28.357)	74.892*	(33.910)	64.970+	(36.174)
Taxa de urbanização (2010)	21.501+	(11.877)	16.577	(11.317)	14.347	(11.933)
Taxa de urbanização ao quadrado (2010)	-16.428+	(9.802)	-12.952	(9.722)	-11.800	(10.310)
Fundo de Participação Municipal per capita (2010)	0.020***	(0.001)	0.020***	(0.002)	0.021***	(0.002)
Índice de Desenvolvimento Humano (2010)	-94.854***	(17.950)	-85.019***	(19.947)	-76.673***	(21.234)
Rho (ρ)			0.239*	(0.094)		
Lambda (λ)					0.314***	(0.024)
Constante	27.580*	(11.390)	24.082**	(8.720)	31.801***	(8.961)
Observações	5570		5570		5570	
VIF						
Teste Jarque-Bera (p-valor)	0.0000					
Teste Breusch-Pagan (p-valor)	0.0000					
Teste Koenker-Bassett (p-valor)	0.0000					
Moran's I - error (p-valor)	0.0000					
Lagrange Multiplier - lag (p-valor)	0.0000					
Robust LM - lag (p-valor)	0.3394					
Lagrange Multiplier - error (p-valor)	0.0000					
Robust LM - error (p-valor)	0.0232					
Teste Anselin-Kelejian (p-valor)			0.7768			

Nota: + p-valor <0,10; * p-valor <0,05; ** p-valor <0,01; *** p-valor <0,001. Desvio-padrão entre parênteses.

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos neste estudo reforçam a existência de profundas desigualdades regionais na distribuição dos investimentos culturais no Brasil, caracterizadas pela forte concentração dos recursos nos grandes centros urbanos e regiões economicamente mais desenvolvidas. A análise espacial evidenciou padrões significativos de autocorrelação positiva, indicando que municípios com maior capacidade econômica e infraestrutura urbana tendem a atrair e reter mais investimentos culturais, enquanto áreas periféricas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, permanecem em condição de exclusão.

A aplicação dos índices de Moran Global e Local (LISA) revelou a formação de *clusters* territoriais consolidados, corroborando as teorias das economias de aglomeração (Krugman, 1991) e da Teoria dos Lugares Centrais (Christaller, 1933). Essa concentração dos investimentos culturais está diretamente associada à capacidade administrativa, infraestrutura e dinâmicas econômicas dos centros urbanos, que funcionam como polos irradiadores, fortalecendo seu papel de liderança regional e perpetuando as desigualdades espaciais.

Por meio dos modelos econométricos espaciais SAR e SEM, confirmou-se que variáveis socioeconômicas como renda domiciliar per capita, índice de Gini e taxa de urbanização exercem influência significativa sobre a alocação dos recursos culturais. Municípios mais ricos e urbanizados, dotados de maior capacidade arrecadatória e infraestrutura consolidada, destinam maiores volumes de investimento à cultura, evidenciando a estreita relação entre desenvolvimento econômico regional e acesso aos bens culturais. A influência negativa do índice de Gini destaca ainda o impacto da desigualdade econômica na segregação do acesso aos recursos culturais.

Além disso, a análise dos coeficientes espaciais, especialmente o parâmetro *lambda* do modelo SEM, indicou a presença de dependência espacial nos resíduos, sinalizando que fatores não observados que influenciam os gastos culturais em um município também afetam seus vizinhos. Tal constatação reforça a importância de considerar as interações territoriais para compreender a distribuição dos investimentos culturais no contexto regional brasileiro.

Embora este estudo tenha alcançado contribuições relevantes, é necessário reconhecer algumas limitações que podem orientar pesquisas futuras. Em primeiro lugar, a utilização de dados referentes ao ano de 2015 limita a capacidade de análise de transformações mais recentes, como aquelas resultantes de novas legislações de fomento, a exemplo da Lei Paulo Gustavo

(Lei Complementar nº 195/2022). Estudos subsequentes poderão ampliar este recorte temporal e examinar os efeitos dessas mudanças sobre a redistribuição dos recursos culturais.

A adoção de uma abordagem mais desagregada, diferenciando os gastos com cultura e suas subcategorias, permitiria uma análise mais precisa dos padrões de exclusão e acesso à cultura, além de evidenciar como os recursos são distribuídos dentro do próprio setor cultural.

Adicionalmente, a aplicação de modelos espaciais mais sofisticados, como modelos de difusão espacial ou estruturas baseadas em redes de cooperação intermunicipal, pode enriquecer as análises ao capturar dinâmicas colaborativas e fluxos de influência que transcendem os limites territoriais formais. Essas abordagens contribuiriam para revelar relações intergovernamentais e redes culturais que influenciam a distribuição dos investimentos de maneira indireta.

Portanto, as limitações aqui apontadas não comprometem os achados, mas sinalizam caminhos promissores para a continuidade da investigação científica. Avançar na integração de novas variáveis, técnicas e escalas de análise poderá contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas culturais, em direção a uma distribuição mais equitativa dos recursos em um país marcado por sua complexa diversidade territorial, social e econômica.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANSELIN, L. *Exploratory Spatial Data Analysis in a GeoComputation Environment*. In: LONGLEY, P. A. et al. (Org.). *Geocomputation: A Primer*. Chichester: Wiley, 2005. p. 77-94.

ANSELIN, L. *Spatial Econometrics: Methods and Models*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1988.

ANSELIN, L. *Local Indicators of Spatial Association—LISA*. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93–115, 1995. DOI: 10.1111/j.1538-4632.1995.tb00338.x.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*. Washington, D.C.: World Bank, 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5991>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Transferências de renda, pobreza e desigualdade na América Latina e no Caribe*. Washington, D.C.: BID, 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Transfer%C3%A2ncias-de-Renda-Pobreza-e-F desigualdade-na-America-Latina-e-no-Caribe.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

BITTENCOURT, L. N.; LIMA, A. C. M. de; BONVENT, C.; OLIVEIRA, M. C. A. de; MAGALHÃES, R. G. *Governo locais, autonomia municipal e a produção de políticas públicas de cultura: o caso da Região do Grande ABC*. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 6, n. 3, p. 1-26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n3.60005>.

BIVAND, R. S. et al. *Applied Spatial Data Analysis with R*. New York: Springer, 2008.

BRASIL. *Ministério da Fazenda. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público – SICONFI*. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. *Ministério do Planejamento e Orçamento. Plataforma de Dados Abertos*. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)*. Ministério da Cultura, 2010.

BNDES. *Estudo de Casos de Desenvolvimento Regional*. Brasília: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017.

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Zahar, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1996.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (III : 2007 : Rio de Janeiro). Anais [...]. Rio de Janeiro: ENECULT, 2007.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Edusc, 2006.

CHRISTALLER, W. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933.

COQUETI, W. N. *Um panorama histórico das desigualdades regionais a partir da macrorregião nordeste*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/10457a1f-9ec9-4572-8797-d200ab0cce9d>. Acesso em: 12 maio 2025.

COUTINHO, L. *Desigualdades regionais: uma revisão da literatura*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 63–74, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901973000300005>. Acesso em: 12 maio 2025.

DINIZ, C. C. *Desconcentração e reestruturação: a região no Brasil*. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-41, jan./abr. 1993.

GETIS, A.; ORD, J. K. *The Analysis of Spatial Association by Use of Distance Statistics*. *Geographical Analysis*, v. 24, n. 3, p. 189-206, 1992.

GUIMARÃES, B. C. *Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura continua desigual?* Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 25, n. 2, p. 412–426, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39491>. Acesso em: 13 maio 2025.

GUIMARÃES, R. G. *No campo das políticas públicas culturais, os caranguejos com cérebro se organizam para desorganizar*. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Recife, 2007.

HALL, S. "Cultural Identity and Diaspora." *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Sage, 2003.

HOWKINS, J. *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*. 1. ed. London: Penguin, 2001.

HRISTOVA, D; AIELLO, L; QUERCIA, D. *The New Urban Success: How Culture Pays*. arXiv preprint arXiv:1804.03760, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1804.03760>. Acesso em: 12 maio 2025.

INCHAUSPE, Y. *Cultura e Políticas Públicas: Desafios e Caminhos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de informações e indicadores culturais: 2011-2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_informativo.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

JENKS, G. F. *The Data Classification in Statistical Mapping*. Geographical Review, v. 57, p. 262-289, 1967.

KRUGMAN, P. *Geography and Trade*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1991.

LESAGE, J. P.; PACE, R. K. *Introduction to spatial econometrics*. Boca Raton: CRC Press, 2009.

LOPES, A. S. *Globalização e desenvolvimento regional*. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 11, p. 9-25, 2002. DOI: <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2002.85>.

MANTECÓN, A. R. *Consumos culturales y ciudadanía en tiempos de globalización*. 2008. Departamento de Antropología, Universidad Autónoma Metropolitana. Disponível em: https://www.untref.edu.ar/documentos/indicadores_culturales/2009/Consumos%20-%20Ana%20Rosas%20Mantecon.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

MARTINS, J. C. *Dinâmica urbano-regional em territórios de fronteira interna*. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 40, n. 3, p. 150-170, 2018. DOI: 10.4215/rm2018.e17003. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17003>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MATARAZZO, A. *Distritos Criativos: Uma Alternativa para o Desenvolvimento Econômico Local*. São Paulo: Editora Senac, 2012.

MATOS, C. L. A. *Envelhecimento, terceira idade e consumo cultural*. *Revista Brasileira de Estudos Culturais*, [S.l.], v. 6, n. 12, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Envelhecimento-terceira-idade-e-consumo-cultural.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. *Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/id/882/4/R159-13.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

MENGER, P.-M. *A Economia das Artes e da Cultura*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

MINCARELLI, M. T. *Políticas Culturais Ibéricas: Um Estudo Comparativo Entre as Políticas Públicas de Cultura de Espanha e Portugal*. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/668bd19d734ec57c8cf8774d704a03ca/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 12 de abr. 2025.

MORAN, P. A. P. *Notes on continuous stochastic phenomena*. *Biometrika*, v. 37, n. 1-2, p. 17-23, 1950.

MUSGRAVE, R. A. *The Theory of Public Finance: A Study in Public Economy*. New York: McGraw-Hill, 1959.

MYRDAL, G. *Desenvolvimento desigual e planejamento regional*. São Paulo: Perspectiva, 1956.

- OATES, W. E. *Fiscal Federalism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
- OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. *Análise da Lei Federal de Incentivo à Cultura 2010-2020 (Lei Rouanet)*. São Paulo, 2021.
- OLIVEIRA, B. A. de. *Quando e onde termina o trabalho? Para a crítica do lazer no século XXI*. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/43877/1/2022_BrunoAssisdeOliveira.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.
- OLIVEIRA, M. M; G, G. F. *Juventude e cultura digital: reflexões a partir do gênero textual meme*. Inter-Ação, Goiânia, v. 49, n. 1, p. 261–279, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/76606>. Acesso em: 13 maio 2025.
- PEREIRA, A. V. *Aplicação da BNCC na Educação de Jovens e Adultos: enfoque e inclusão em cultura digital e cultural*. Revista OWL (Owl Journal), Campina Grande, v. 2, n. 3, p. 37–53, maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11135432>. Acesso em: 14 maio 2025.
- PERROUX, F. *A economia do crescimento*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- PORTER, M. E. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. *Bowling alone: America's declining social capital*. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, p. 65-78, 2000.
- PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- RIBEIRO, V. M. *Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa*. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 66, p. 9-29, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>.
- RUBIM, A. A. C. *Política cultural no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SILVA, R. D. *As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento*. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 157-176, 2014.
- SILVA, R. D.; LOPES, T. H. C. Rios. *O efeito de políticas públicas e de características locais sobre o desenvolvimento econômico: uma análise empírica baseada nos municípios de Minas Gerais*. *Rev. Bras. Econ.*, v. 68, n. 3, p. 381-404, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7363>.

SOUZA, A. L. S.; GONÇALVES, A. Analfabetismo e exclusão social: apontamentos a partir do diálogo com Freire, Arroyo, Marta Oliveira e Antônia. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 118-129, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v27n2p118-129>.

STIGLITZ, J. E. *The economics of the public sector*. 3. ed. rev. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

UNESCO. *Cultural and Creative Industries in the Face of COVID-19*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377863>.

WILLIAMSON, J. G. *Regional Inequality and the Process of National Development: A Description of the Patterns*. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 13, n. 4, p. 1–84, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/450136>. Acesso em: 12 maio 2025.